



## DEGRAVAÇÃO DE DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS, NO PROCESSO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PROCESSANTE – CEI Nº001/2022, REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2022

Ao Primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas na sala de Sessões da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, sob a Presidência do Vereador José Carlos Bernardes, como relator Vereador Professor Léo e membros Vereador Alex Sandro Jose Padilha Gonçalves, Antônio Removicz Maciel e Professor Hélio Pereira. **O Senhor Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Uma boa tarde a todos vamos dar continuidade as oitivas da CEI- zero um de dois mil e vinte dois sobre o aterro sanitário, hoje nós teremos como testemunha o senhor Fabio que é controlador interno da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, boa tarde senhor Fabio, o senhor pode compor lá para nós, senhor Fabio eu gostaria que o senhor se apresentasse com o nome do senhor e a função do senhor na Prefeitura Municipal. **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Oi boa tarde a todos, meu nome é Fabio Antonio da Rocha sou servidor efetivo do município cargo de administrador atualmente lotado na unidade de controle interno como assessor de controle operacional. **O Senhor Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Senhor Fabio hoje nos convocamos o senhor como testemunha pela função que o senhor exerce na Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, como controlador interno para que nos esclarecesse alguns pontos que nós estamos investigando nesta CEI sobre o aterro sanitário e Este o senhor se compromete em colocar pra nós sobre, sendo verdadeiro com as perguntas e se tiver ao alcance do senhor como servidor da Prefeitura guardião desses documentos tão importantes que são esses contratos que passam pelo controle interno para que a nossa população possa acompanhar como estão sendo reralizados os trabalhos nesta CEI e também para oficializar as documentação que a CEI precisa para de continuidade com relção a Este e em relação ao consorcio intermunicipal, boa tarde novamente a todos e imformo que nessa audiência o senhor Fabio, ele é testemunha ele não é o investigado ele esta para colaborar com a sessão, passando as ionformações necessárias pra essa comissão deixo a palavra aberta aos senhores vereadores e da comissão. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** Boa tarde senhor Fabio e a todos os presentes aqui tenho uns questionamentos para o senhor o primeiro qual principal função da contralodoria interna aqui do município. **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Uma das principais funções e fazer uma fiscalização e acompanhamento das contas do município também o controle interno ela tem um foco maior é na consultoria aos órgãos uma consultoria mais técnica, pra evita que os orgãos façam, pratique algum ato ao arepio da lei basicamente hoje a gente faz um controle por amostragem de alguns documentos e essa consultoria da acessoria aos diversos órgãos da prefeitura quanto a tramitação dos diversos processos que passam pela prefeitura ao longo do exercício. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** A contralodoria tem acesso aos dados





referente a visitas técnicas no aterro. **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** A contraladoria participa das reuniões do conselho. **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Nunca participo. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** A contralodoria foi notificada pela empresa pelo responsável pelo aterro sobre risco de desabamento? Vocês não foram notificados de nada que teve a morte do João Cubis? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** A Qual que era a ultima pergunta? **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** A contralodoria foi notificada pela empresa pelo responsável pelo aterro sobre o risco de desabamento? **O Senhor Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não a contralodoria não. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** A empresa responsável tem feito relatório periódico para contralodoria interno? **Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não. **O Vereador Alex Padilha fez uso da palavra:** Obrigado. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Eu também tenho algumas perguntas, e a primeira pergunta minha é em relação que a população nossa escuta nós aqui da câmara de vereadores aqui também escutam, é sobre contratos se a contralodoria tem conhecimento de algum contrato de contrapartida da Estre em relação ao nosso município? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não a única coisa que o município tem com a Estre é um termo de compromisso de recebimento dos resíduos da Fazenda Rio Grande, que no termo em função da lei complementemtar N°110, se não me engano a Estre receberia o redíduo de origem do município em contrapartida o município compensa o valor atruido em dois mil e quinze com uma redução no ISS mas contra partida financeira entre a Estre e o município a não ser entre termo de convenio que é só um encontro de contas entre valores eu desconheço. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** E essa redução ou essa em dois mil e quinze ocorreram o Prefeito Marcio Vosniack o prefeito da época por um acaso o senhor que é controlador interno acompanhou se tinha alguma coisa relacionado a esses encargos se houve renuncia de receita ou não na LDO de dois mil e quatorze que seria trabalhado no ano de dois mil e quinze? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Na verdade nesse período de dois mil e quatorze a dois mil e dezessete eu estava lotado no Fazprev, eu voltei a Prefeitura na secretaria de planejamento começo de dois mil e dezessete e no controle interno a partir de dois mil e dezoito sempre feito desde de dois mil e sete que estou vinculado a secretaria planejamento de finanças e depois o controle interno que existia que existe mensalmente o encontro de contas entre o valor que a Estre o valor da ticagem o lixo que a Estre recebe do município e o abatimento desse valor no valor na guia de ISS do que a Estre deveria ao município. **O Prsidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Mas como o senhor coloco só para nós ajuda, nos vamos precisa dessas imformação que se documento nenhum cosnta la controladoria interno em relação se houve ou não um registro na LDO ou ou se houve ou não uma renuncia de receita neste período. **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Inclusive eu procurei junto tanto nos arquivos do controle interno quanto nos





arquivos eu até procurei a procuradoria jurídica para ver o tramite né o processo administrativo que deu origem ao projeto de lei que foi encaminhado ao legislativo que foi encaminhado pra aprova a lei complementar nº110, também tive a negativa que não existe hoje nos arquivos da prefeitura os processos administrativos que deram origem tanto a lei cento e dez e a lei salvo engano dez oitenta e três que autorizo o município a parcela uma dívida com o consorcio, essa dívida e de dois mil e treze a dois mil e quinze do lixo destinado ao aterro da Estre. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** E o município essa dívida que foi parcelado nesse período o município realizou o pagamento ou não? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** O município pago em dia cumpriu com o termo de reconhecimento de dívida e pago em dia o valor ajustado. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Outra coisa volta no início dois mil e quinze mesmo o percentual em dois mil e quinze era de cinco por cento a parte que teria que ser pago de ISS? **Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** ISS é cinco por cento. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** E pensando no iss que é cinco por cento, sendo que tem as portarias que falam que poderia ser dez por cento consta algum documento no controle do controle interno ou registro porque que não foi efetivado os dez por cento? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** O controle interno desconhece qualquer legislação que fale de uma alíquota de dez por cento seja de ISS, ou seja de taxa ou outra medida compensatória a se só a taxa de ISS que é diferenciada que é de cinco por cento. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Voltando só para nós fechamos esse assunto de dois mil e quinze, em tese o que que conta de documentos referente a essa mudança de processo que ocorreu nesse período que nós estamos discutindo em relação a dois mil e quinze, em dois mil e quinze o município passou a ter um contrato direto com a Estre ou ainda estava com contrato com a CONRESOL? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** O município ele é consorciado com o CONRESOL o que aconteceu em dois mil e quinze dois mil e dezesseis existia uma dívida entre o município e o CONRESOL que foi um primeiro termo de repactuação em janeiro de dois e dezesseis de dois milhões quinhentos e setenta e dois mil a a ser pago em sessenta meses a partir desta data em dezembro de dois mil dezesseis salvo me engano foi feito um novo termo de compactuação este valor passou continua com sessenta parcelas aqui colocaram os valores mensalmente começaram com valor de oitenta mil e terminaram com quarenta mil e novecentos e noventa e três reais, partir desta data o município a responsabilidade do pagamento do lixo oriundo de Fazenda Rio Grande, passou a ser do município e da Estre através desta lei complementar cento e dez onde a Estre de comprometia que ia receber o lixo em contrapartida o município dava uma isenção de ISS no valor correspondente a esse lixo que a a Estre recebia recebe até hoje. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Só para eu entender o município que nesta lei coloco que daria uma isenção de ISS? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Exatamente uma isenção na contrapartida eu entendo que uma





isenção. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Essa isenção de ISS, com autorização com projeto de lei pela propria câmara de vereadores? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** A isenção é fruto de uma lei do legislativo salvo me engano e a lei cento e dez de dois mil e quinze tem mais duas leis eu não trouxe aqui salvo me engano lei dez oitenta e três que também fala sobre parcelamento sobre a responsabilidade do pagamento e do destino do lixo que desincumbia que desincumbe o consorcio e passa sobre a gestão da Estre. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** So para a volta aí já passo para vereadores, porque eu quero entende bem isso aí, como insensao de encargos teve o projeto de lei que consta daonde ou na LDO, sobre essa isenção como que iria ser repostado essa renuncia de receita no exercicio corrente e posterior? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Como eu não consegui, como a gente não consegui acha o processo administrativo, que deu origem ao projeto de lei eu não posso afirma, mas eu acredito que não foi feito demonstrativo de impacto e nem da renuncia do projeto, mas isso é uma suposição porque o processo administrativo não existe hoje nos arquivos da prefeitura. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Eu entendi só para eu entender porque eu sou leigo nessa área e o senhor é um técnico para nos ajudar nessa pergunta, quando qualquer projeto de lei que vai ocorrer uma isenção alguma coisa é avaliado pela administração pela pasta admistração finanças e avaliado pelo controlador interno para ver se estes todos nos termos, se realmente pode ocorrer ou não ou se vamos cometer algum erro baseado nas leis? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** O que eu poso fala e o que acontece hoje, então hoje todo projeto que vem do legislativo todo projeto que parte do executivo ele vem acompanhado dos demonstrativos de impacto de receita, no caso de projetos que tem renúncia de receita ele tem que vim acompanhado isso é uma exigência da lei fiscal das medidas compensatórias para esse impacto e também é uma cobrança desta gestão do legislativo, também há cobrança que se venha no projeto os demonstrativos. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Eu já to encerrando esse assunto aqui, é porque vai abrindo a pergunta não tem como deixa de pergunta o senhor não encontrou documento nenhum ou não tem na prefeitura pelo que eu entendi, na conversa do senhor sobre se houve renuncia ou não se foi registrado na LDO, se nós da comissão aqui preciamos solicitar essa documentação aqui, há possibilidade do senhor encontrar e manda para nós ou o senhor já não encontrou? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Eu não posso afirma que não exista o documento, o que eu afirmei eu não enconcontrei tanto o controle interno quanto a contraladoria não encontraram o processo administrativo que fundamento que deu origem aos projetos de lei que autorizaram essas medidas essa formalização tanto do termo com Estre quanto com consorcio. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Só para eu entende fica em sistema ou é físico geralmente esses documentos? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Em dois e mil quinze era fisico processo era todo físico, a partir de dois mil e





dezessete que ele é o sistema atual, que ele é tudo via sistema informatizado, mas em dois mil e quinze os processos tramitavam de forma física. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** E esses documentos que constavam em sistema físico ele fica arquivado com quem é a guarda de responsabilidade desses documentos, documento público ele não pode ser incinerado tem um prazo determinado ele vai para o arquivo responsabilidade de qual setor? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Na realidade assim como se trata de um processo legislativo a procuradoria jurídica deveria ter algum controle disso os projetos de lei partem da procuradoria e também como o processo ele é de origem da secretaria de meio ambiente acredito que a secretaria de meio ambiente também deveria ter algum, que foi aqui que em tese foi a que solicito formalização destes termos ela deve ter inclusive os estudos deveria estar a origem é da secretaria de meio ambiente, deveriam estar na secretaria de meio ambiente. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Obrigado pedir para nossa assessoria jurídica registra aí a importância da gente solicita ao secretário de meio ambiente que se encontra algum documento referente a dois mil e quinze sobre esse impacto como que eles chegaram nesse contexto esse de apresentar esse desconto entre aspa não sabemos se foi ou não que nós precisamos de uma cópia desses documentos físicos para comissão obrigado. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Fabio so para retomar aqui para vê se eu entendi bem o questionamento do Enfermeiro, Vereador Enfermeiro José Carlos a Fazenda Rio Grande paga para depositar seu lixo lá na Estre certo, e recebe cinco por cento de iss de todas as operações então o que a Fazenda teria que pagar do depósito do lixo eles já deduziam no ISS que a Fazenda teria para receber é isso? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** Correto, a base de cálculo do ISS para todo o faturamento da empresa então a Estre apresenta mensalmente o faturamento dela e desse valor do ISS apurado ela desconta o valor correspondente ao que ela recebe do lixo da Fazenda paga a diferença do valor líquido. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Em questão de valores só para ficar mais claro para mim atualmente quanto que a Fazenda recebe de ISS e quanto ela tem que pagar em média por mês para depositar o lixo lá? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** Tenho aqui a base vamos pegar o mês de junho e o último encontro de contas mês de junho o ISS devido da Estre foi de trezentos e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e treze centavos, o valor do lixo recebido pela Estre deu cento e setenta mil novecentos e oitenta e sete reais zero seis, então a Estre pago de ISS descontando esse valor do lixo recebido, cento e quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta e três e cinquenta e um, hoje o município paga para Estre setenta e três reais e vinte e um centavos, em tonelada de lixo recebido. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Em síntese o município tá tendo cento e trinta mil de lucro digamos assim? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** Eu não acredito que é lucro porque o ISS é devido, a receita líquida de ISS da Estre hoje é em média cento e quarenta mil reais por mês. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Digamos então é o único benefício que a Fazenda recebe né? **O Senhor Fabio Antonio**





**da Rocha fez uso da palavra:** Hoje sim. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Só voltado a mais uma questão a respeito de documentos e processos teriam que estar em diário oficial esses documentos ou não? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da da palavra:** Na realidade o que é publicado é alguns extratos no caso desse processo administrativo o fim dela seria a lei então a lei foi publicada agora os atos administrativos que correm dentro dos processos eles não são publicados. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Ok depois eu volto a outras perguntas. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Boa tarde a todas e todos boa tarde Fabio é Fabio só voltar só uma questão da pergunta do nobre vereador até para ficar claro que fico meio truncado na pergunta e na resposta esse projeto de lei ele sai da prefeitura certo esse de dois mil e quinze esse do ISS até porque sobre a questão de impacto a questão de recurso não veio de dentro dessa casa de leis a casa de leis aprovo, mas não saiu daqui é isso? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** A origem foi do município foi do executivo. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Bom então só para ficar claro isso é vou voltar a pergunta acho até vou falar um pouquinho do que você já coloco muito bem, na vedade o município não tem nenhum benefício com isso a questão de isenção de cinco por cento de ISS, que particularmente era devido então é só uma troca vamos dizer assim você pega o meu lixo e eu reduzo essa porcentagem, porque que estou fazendo esta pergunta para o controle interno tiveram varias audiências publicas referentes a consolidação do aterro sanitário para a Fazenda Rio Grande e muito foi falado comunidade ta aqui hoje muitos deles devem ter participado que tinha várias contrapartidas com relação ao parque verde, a mato grosso a questão de parques enfim e outros fatores principalmente referentes a forma que estava posto o aterro que não seria basicamente só um deposito ele teria outros aspctos até include reciclagem associações e tudo mais e que não teria cheiro, cheiro não o odor porque não é cheiro é o odor o mau odor, então a minha pergunta aqui eu vou voltar o nobre vereador Zé Carlos já falou não tem nenhum documento na prefeitura referente a essas questões das audiências públicas e depois de dois mil e quinze quando a prefeitura ela tem um contrato direto com a Estre não mais com o consórcio não tem nenhum documento que prove que a Estre deva fazer algo pelo município a não ser o desconto de cinco por cento de ISS? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** Eu desconheço qualquer documento a não ser essa lei que na realidade, se for analisar essa lei foi o municipio perante o consorcio o municipo ficou inadimplente se for analisar esses documentos sempre ficou inadimplente com o consorcio de dois mil e treze a dois mil e quinze o que aconteceu quando o consorcio foi cobra o município, porque o consorcio deveria paga a Estre se pactuo de fazer essa compensação,essa compensação no meu entender privilegio o consórcio que o município deixo de ser inadimplente a única, a única o objetivo final disso aqui foi deixa o município de ser um inadimplente com o consorcio. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Isso ficou bem claro então assim ao invés da prefeitura honra seus contratos preferiu uma saída que ela receberia de qualquer jeito então ela não teria que mexe principalmente





em recursos livres ou específicos na área ambiental para poder fazer esse pagamento, com relação você disse sobre a questão dessas leis mesmo o governo do estado criando a lei dos dez por cento as vantagens do município que recebe apesar que o aterro é um aterro particular, não é um aterro público mas o impacto dele é muito alto para o município o nosso, não teve também nenhuma discussão e aí você comentou do controle interno de dois mil e dezessete de dois mil e dezessete pra cá não houve nenhuma discussão nenhum levantamento mais específico com relação a essa proposição da lei estadual sobre a questão de uma compensação de dez por cento para o município? **O Senhor Fabio Antonio Rocha fez uso da palavra:** Não eu desconheço qualquer tratativa qualquer reunião que houvesse na prefeitura a respeito de alguma compensação em função do aterro sanitário. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Certo eu vou pedir novamente qual que o valor é setenta e vinte três o valor por tonelada de lixo que o município paga é isso? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Hoje está setenta três e vinte e um. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** E em números de toneladas você sabe me dizer aproximadamente quanto que a fazenda encaminha para a Estre mensalmente? **O Senhor Fabio Antonio Rocha, fez uso da palavra:** Eu peguei aqui por amostragem dois meses da taxa que a empresa que faz a coleta de lixo que é a empresa Inova então a taxa do período de vinte de junho a dezoito de julho deu dois milhões duzentos e cinquenta e um e duzentos e cinquenta kilos dois mil e cento e noventa e uma toneladas do período de dezoito de abril a dezoito de maio deu duas mil trezentos e trinta e seis toneladas mês. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** (inaudível) faz perguntas obrigado. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Senhor Fabio Dando continuidade a pergunta do professor Léo eu gostaria que o senhor nos informasse sobre as notas fiscais as notas fiscais emitidas pela Estre para receber lá do consórcio referente aos outros municípios são empresa legalmente efetivada em nosso município? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** A nota fiscal é emitida a Estre contra o consórcio. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Mas a empresa registrada legalmente em nosso município? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Sim a empresa Estre é registrada no município com sede no município. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Essas notas são emitidas com sede em nosso município aproximadamente o senhor coloca ali pelos valores hoje quanto mais ou menos tá sendo o faturamento da empresa (INALDIVÉL) essas notas que corresponde a esse valor que o senhor comentou que é pago de ISS? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Eu fiz um comparativo aqui eu fiz uma análise aqui em função do último credenciamento que a Estre fez que dá uma média novecentas mil toneladas ano e o consórcio paga noventa reais e cinquenta e nove centavos por tonelada e chega eu chego num faturamento da empresa de oitenta e um milhões e quinhentos mil reais, isso corresponde aí ano quatro milhões de ISS. **O Presidente vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Quatro milhões aproximadamente quatro milhões de ISS, entendi e aí desses quatro





milhões de entrada daí vem lá os descontos que nós teríamos que pagar para eles certo? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Correto isso aqui é uma estimativa que foi feito em função de dois mil e dezenove mais acho que dois mil e dezenove foi um ano atípico porque o volume de lixo foi maior do os outros anos ,mais estes números aqui tão mais ou menos compatíveis com o que a Extre vem recolhendo,daí teve mês aqui vamos pegar dois mil e dezenove ele fez uma média de recolhimento aqui de trezentos mil reais duzentos cinquenta entre duzentos e setenta a trezentos mil reais por mês e daí três milhões e seiscentos ano. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Deu para entende porque faz essa pergunta para o senhor como a gente não, nós não encontramos documentos apenas a gente encontra documentos que a tonelada de lixo para Fazenda Rio Grande o valor é menor que nós pagamos para eles porém não se fala também o motivo do porque também nós pagamos menor? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Na realidade o que eu encontrei foi o primeiro termo de convenio que o lixo custo para Fazenda Rio Grande Cinquenta e quatro e noventa e cinco esse foi o valor apurado em dois mil e quinze não consigo ver da onde surgiu esse valor em função porque não esse processo administrativo, e a partir daí o valor entre município e Extre foi renovando anualmente com a correção do IGM ou INPC conforme o valor que o consorcio paga a Extre e fruto de um chamamento público de dois mil quinze, que era de cinco anos e depois um chamamento público de dois mil e dezenove que era a partir de dois mil e vinte, mais cinco anos não consegui ver aqui nenhuma ligação entre os valores,o valor que o município fez foi o valor acordado lá de dois mil e quinze com os reajustes previstos nos termos não teve um novo processo que reavaliasse esse valor. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Então senhor Fabio eu estava discutindo com o Professor Leo sobre esses valores e nós queríamos saber o porque,porque se trata de setor de utilidade pública onde o lixo porque além de cuida do nosso lixo do lixo dos outros municípios e o valor dessa diferença sendo que de dois mil e quinze em diante entre aspas porque nos continuamos fazendo parte do consorcio, mais nós não pagamos via consórcio mais pelo que entendi nós pagamos direto para a Extre? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** É pago direto para Extre **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Então ficamos na dúvida aqui o porque dessa diferença tentamos fazer vários cálculos, mas os cálculos também não chegam a um denominador comum em relação ao motivo, provavelmente deve ter um motivo muita coisa que talvez não tenha registro documento em lugar nenhum? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Esse valor deve estar no documento original que origino, quando eu falei que ter alguma coisa na Secretaria de meio Ambiente que ela é a responsável pela gerência do lixo, acredito que lá no instrumento motivador do projeto de lei e o motivador destes acordos tanto o consorcio quanto o da Extre deve ter lá fundamentado esse valor que partiu de cinquenta e quatro e noventa e cinco. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Então em relação a isso que o senhor colocou para nós, eu até aproveita para nosso





departamento jurídico que nós apoia que registre a importância desse primeiro contrato para nós verificarmos porque que chegou a este valor porque a pessoa do consórcio que nós convocamos dias atrás deixou meio que obscuro essa pergunta relacionada sobre esse assunto de contrato ela jogou muito para a responsabilidade interna ou seja Fazenda Rio Grande tem o seu contrato e nós precisamos sanar esse dificuldade porque faz parte do processo aqui, como se fala foi criado depois foi determinado num projeto de lei, uma das coisas nós da comissão os vereadores e a população somos os maiores interessados que as coisas funcionem de uma maneira correta, que se ocorreu algum erro por parte de alguma parte que seja corrido e principalmente visando se teve renúncia de receita ou alguma coisa porque no órgão público não se trata não se fala só por palavras, órgão público tem que ter documentos, ninguém pode falar como diz aí velho ditado no fio do bigode tem que ser no documento e nós vamos precisar fazer todos esse levantamento porque todas as audiências públicas acompanhadas se falava em muitas coisas em melhorias para Fazenda Rio Grande como iria funcionar as coisas sistema da Estre em Fazenda Rio Grande deixando de lado o consórcio Fazenda Rio Grande mas nós temos acompanhado que não tem, não tem nem a cooperativa que era pra ter, a limpeza que era pra ter de alguns órgãos que as audiências falam que iam apoiar não ocorrem a lavagem das ruas que era pra ter periodicamente até o técnico da Estre colocou para nós numa visita que nós fizemos lá, falo que duas ou três por semana, eu fui acompanhada eu não vi então tudo isso vai saber o que aconteceu nessa conversa de baixar esses valores então nós temos que ter essas informações e desde de já agradeço o senhor da maneira que tá colocando, até uma coisa assim que acho grave que o senhor colocou para nós que nós vereadores aqui vamos ter que investigar e de certos documentos não serem encontrados porque órgão público os documentos tem que estar fácil, de assunto tão importante desse, vamos pensar todos nós juntos nós precisamos desses documentos vamos solicitar e daí não se encontram quem que são os responsáveis, porque o projeto de lei foi aprovado aqui o que está na lei nós conseguimos fazer levantamento o que levou dessas coisas para criar essa lei o impacto tudo se não tiver infelizmente vai ficar perdido e vai ficar perdido deixando a situação muito crítica em relação a quem está no momento porque esta comissão aqui que se for preciso, eu quero que a nossa população saiba muito bem, que se for preciso convocar todos, todos os responsáveis nós vamos convocar porque Prefeito, ex Prefeito Secretário ex Secretário do meio ambiente responsável pelo setor porque nós queremos a verdade, nós queremos levar para a população o que é de direito delas ter a verdade e a transparência porque se é um documento tão importante se hoje qualquer cidadão de Fazenda Rio Grande fizer seu pedido tem seu prazo legal mas o documento tem que aparecer para ver eu, então eu coloco dessa maneira e agradeço a sua sinceridade de verdade o senhor está contribuindo bastante com a comissão porque a responsabilidade e de quem elabora os documentos e nós precisamos levantar isso muito obrigado passo a palavra para os vereadores. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Tem uma questão que está me chamando atenção eu até iria fazer uma pergunta naquele





momento anterior mas vamos lá, então há uma compensação do cinco por cento do ISS, ou seja a prefeitura não paga quem paga basicamente na verdade a Estre paga uma parte a outra parte continua com ela do mesmo jeito e tá tudo compensado, só que tem uma coisa que a gente não se atente aqui, toda a população de Fazenda Rio Grande paga a taxa de lixo e ai eu fico pensando não tem compensação com a Estre e não tem compensação com o povo que paga a taxa de lixo é meio incoerente porque fica claro pessoal do conresol a gente foi até o IAT ontem uma confusão em trinta dias não manda a documentação em hipótese alguma falaram que iam mandar hoje, não mandaram se não mandarem a gente vai usar a força policial pra ir até IAT para pegar os documentos porque é inadmissível um seguimento publico não dar a possibilidade imediata de trazer os documentos para prova o que esta acontecendo só quer saber o que esta acontecendo, o que aconteceu como aconteceu e porque aconteceu agora a minha preocupação é que nos estamos abrindo mão de cinco por cento de ISS para empresa mas a população continua pagando da mesma forma a taxa de lixo e ai não teve uma eu acredito que quem mora próximo lá pode me falar que não teve nenhuma compensação, eles tão dizendo aqui não teve nenhuma compensação da taxa do lixo principalmente para as famílias que moram em torno do aterro sanitário, o que me causa um certo estranhamento Fabio e eu sei que não é de tua responsabilidade, até porque em dois mil e quinze até você mesmo já disse você não estava lá no controle interno mas como que pode permite e até a câmara também aceitar um tipo de lei, que não beneficia ninguém a não ser a Estre e no final das contas o aterro ta ali mesmo e a prefeitura teve que continua pagando para a inova, o contrato com a inova que outra pergunta que já vou fazer em seguida ela já tem um contrato com a inova, então quem faz a coleta é a inova né Fabio é isso? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Inova **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Então a inova recebeu, fez o trabalho a Extre pago, na verdade nao pago deixo de paga para o município e a população ta pagando isso e nós não estamos vendo nenhuma vantagem no ponto de vista ambiental com relação a isso porque, esse cinco por cento que foi aberto então que a população paga deveria ter dado uma contrapartida direta para o pessoal que mora na região, chego um requerimento aqui esses dias pedindo agua encanada lá pela sanepar e nós não tivemos essa musica nos aceitamos de bom grado, desculpa a brincadeira assunto sério mas a gente da uma discontraida aqui mas então Fabio, isso também documentalmente falando não tem nada lá com relação ma uma compensação, uma discussão a respeito disso nesses últimos dias que aconteceu o acidente também não foi ventilado nada com relação a uma compensação pelo menos na taxa de lixo, IPTU precisa fazer uma discução maior, mas pelo menos na taxa de lixo não foi falado nada sobre isso? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não foi falado nada, só acrescentando a pergunta do vereador no começo, sobre quais as soluções do controle interno e uma das cobranças hoje do controle interno, bom primeiro que hoje todo o processo na prefeitura e aqui na câmara não é diferente é todo ele informatizado então não tem como ele o documento desaparece, mas esse sistema começo em dois





mil e dezessete além disso o controle interno hoje exige e cobra das secretarias em todo ato publicado tenha a menção de qual processo administrativo ele se origina, quando eu ver aquele lá seja um ato de nomeação do servidor há esse ato e fruto do pedido da secretaria x, aquele processo administrativo aquelas justificativas para contratar aquele servidor seja um ato para comprar determinado produto tá lá processo administrativo, com as devidas justificativas ou porque da quantidade o preço avaliado da onde surgiu o preço qual que é a demanda hoje a maioria dos atos é claro que ainda existem algumas deficiências que existem ainda alguns vícios a maioria dos atos hoje ele é procedido ele tem a informação do processo administrativo para que evita justamente isso qual é ato administrativo que deu origem a essa lei cento e dez, hoje a gente não tem, com relação ao consórcio se você pega o termo do convenio aqui diz o seguinte, o compromete se compromete nos termos da lei cento e dez de dois mil e quinze a receber aqui fala sem ônus, para o ente municipal, aqui o termo tá diz que a Estre tá rebendo sem ônus o lixo de Fazenda Rio Grande só que em compensação o município sede o ISS cinquenta e cinco por tonelada, quer dizer não é sem ônus o município tá pagando a população tá pagando, o mais grave eu mais grave que esse ISS, não entra na contabilidade do município não entrando esse valor na contabilidade do município é vinte e cinco por cento que não está indo para educação é quinze por cento que não está indo para saúde.

**O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Só citar aqui que nosso secretário de meio ambiente doutor Rafael Campaner está aqui boa tarde, Fabio então aproveitando isso que é gravíssimo mesmo, e até minha pergunta é esse cinco por cento do ISS ele acaba não sendo contabilizado você acabou de dizer que acaba não entrando esses cinco por cento, então ele não é contabilizado então nos recursos que advêm do ISS recebido pelo município certo?

**O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não porque ele é uma renúncia o município, tá abatendo este valor, a Estre ao em vez de pagar lá vamos pegar como base o mês de junho por exemplo a Estre em vez de pagar trezentos e dois mil de ISS, ela paga cento e quarenta e sete mil, entra no município cento e quarenta e sete mil.

**O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** A minha outra pergunta o valor da taxa de lixo que a população paga, ele é feito o que com esse recurso porque o ISS nos sabemos que ele vai para a saúde e educação e tudo mais essa taxa como ela é uma verba específica que hoje já tá datada lá da própria conta de água o que é feito com esse valor, ele vai para onde porque eu quero até entende porque se já há, e assim como você disse o que é grave nisso, nós já tínhamos discutido na oitava anterior justamente sobre isso como pode algo ser sem ônus, sendo que tá recebendo por isso então tem uma contradição bem grave nestas questões nestes termos que foram assinados mas a pergunta é a taxa de lixo vai para onde porque não tá indo para Estre, porque a Estre não tem ônus ou também continua também indo Para Estre?

**O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Na realidade é assim o sistema de lixo a coleta de lixo ela tem uma empresa hoje que ela faz a coleta de lixo, tem o lixo domiciliar tem a coleta seletiva e mais o serviço de limpeza pública a taxa de lixo cobrado de cada cidadão vão para manutenção do sistema de coleta de lixo





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

como todo hoje a Estre so com o lixo domiciliar o município gasta aí em torno de seicentos e cinquenta mil mensais. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Esse é o gasto mensal da coleta em si? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** A coleta de lixo vou pega aqui o mês de junho e de julho eu fiz, a Estre a Inova coleteo duas mil cento e noventa e uma toneladas, duzentos e cinquenta e cinco e vinte e quatro é o valor que a Inova hoje cobra do município por tonelada de lixo recolhido da quinhentos e cinquenta e nove mil e sessenta e cinco, aí o município tem mais duas equipes junto a Estre de varreção que da ai mais noventa mil reais por mês, então hoje o gasto com a coleta de lixo e varreção da em média seicentos e cinquenta mil reais. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** E qual que é a arrecadação da taxa de coleta de lixo mensal do município do que o contribuinte paga? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Eu não troxe esse valor. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Só para fica claro só para gente entende também de toda a estrutura por muitas vezes a gente só entende que só é o aterro mas tem toda uma dinâmica mais importante a gente entende isso porque pelo jeito até no fim de dois mil e vinte, no inicio de nossa legislatura dois mil me vinte um fico um déficit da coleta seletiva se eu não me engano que acho que é com a Inova que é esse valor de seicentos e alguma coisa, seicentos e setenta mil aproximadamente que não foram pagos no exercício de dois mil e vinte, não sei por qual motivo nos não estávamos aqui ainda no mandato, mas até importante gente compreende não sei se você tem essa informação também até pra gente entende por que nos tivemos que fazer, abri um veio um projeto de lei pra que nós autorizassemos que a prefeitura pagasse no exercício de dois mil e vinte e um até para gente entende eu acredito que seja importante pergunta até para os nossos advogados até para gente mostra para nossa população quais são os números reais que nós estamos gastando desde a coleta até o recebimento na Estre até pra gente ver se esse valor esta adquado ou não porque nós já temos cinco por cento de renúncia fiscal mais os valores que cada moradia tem a questão sanepar em casa que algumas não tem que pagam a questão da taxa de lixo mas até importante para trazer esses dados para nós não sei se você vai pode responde a gente Fabio, porque também não era a matéria especifica mas tem relação direta sobre este aspecto porque que no exercício de dois mil e vinte não foi pago a Inova porque não me engano pelo valor é Inova que não foi paga com relação a este recebimento já que a Estre não tem muito problema porque é o ISS mensal que é abatido em cinco por cento, você tem esta informação? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Primeiro a sim só a titulo de informação né a taxa de lixo e uma taxa vinculada que dizer o município só recebe essa taxa, ele só pode usa essa verba para o sistema de lixo eu posso trazer e posso até alimenta aquele flay que foi aberto para convocação eu posso complementar e coloca essa informação de uma prestação de contas dos valores recebidos da taxa de lixo e o destino dela quanto a esse valor que fico acredito que na época fico um valor sem enpenha por algum motivo a gestão deixou de enpenha o valor de um mês la do contrato e passo para nova gestão ela tento regulariza a questão formal do pagamento





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

no caso das faturas da Inova não posso precisar se o valor foi pago com recurso livre ou com recurso vinculado a taxa de lixo mas o que aconteceu que em dois e quinze não se deixou empenhado e com saldo de restos a pagar com a gestão que assumiu em dois mil e vinte pode fazer os pagamentos regulares deste contrato. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Só corrigindo dois mil e vinte, não dois mil e quinze? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Dois mil e vinte para dois mil e vinte e um. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** O Fabio aproveitando essa pergunta do professor Leo, eu lembro muito bem que tivemos várias discussões sobre esse pagamento levou se vários meses ainda acharem uma maneira para se realizar o pagamento eu sou presidente da comissão de finanças e a comissão não conseguia achar documentos para que desse continuidade para o pagamento destas notas que fico pendente um dos itens que você colocou, que não ocorreu empenho porém também não se deixou o dinheiro vinculado em lugar nenhum, nós fizemos a pergunta a onde estaria o dinheiro para pagar essa nota do lixo, porque dia trinta um termino, termino o exercício e um novo exercício quando se sobra e tem alguma coisa para pagar tem que deixar o dinheiro a disposição isso causou até um desconforto muito grande aqui na câmara de vereadores e para todos referente que fico meio em dúvida fico meio escuro as coisas pra se tem o dinheiro não deixou preparado para pagar ou se tava alguma coisa errada na época essa foi a pergunta que fico no ar é até que foram colocado que foi erro, erro mais o erro humano tudo bem mais muito erro grosseiro como que a empresa a população todo mês paga sua coleta de lixo, quando paga a conta de água e por que a empresa que pegou o lixo do cidadão não vai receber, e até que o secretário andou explicando para nós que realmente não se encontrava onde estava esse dinheiro, que fico em um todo sem saber em qual conta que fico, que a câmara de vereadores tem responsabilidades que muito importante coloca isso, ou se pagava ou se chega a um termo do contrato que a prefeitura tem com a Inova, que para se a coleta legalmente, tivemos que fazer uma força tarefa aqui para que a população não fosse prejudicada mais uma vez, porque pago ela já tinha então Fazenda Rio Grande ela tá vivendo um momento muito difícil quando se fala de lixo, então nós temos que afinar aí a conversa entre as empresas prefeitura e entre a Estre porque coloquei dessa maneira a única empresa que sendo beneficiada chama se Estre, não vou nem coloca as outras que trabalham porque ela recebe antecipado órgão público tem prazo faz empenho tudo aquela burocracia pra fazer pagamento agora o dela vai vencer já vai desconta o ISS, ou seja ela não tem risco de prejuízo, porque toda empresa tem risco de prejuízo ela não já desconta na fonte e deixa a conta aí ainda tirando num acordo ou contrato ou não o que fizeram de tá certo ou errado ainda tirando das pastas que precisam muito bem o senhor colocou tirando da educação e da saúde então vamos se pensar de trezentos mil aí mês, quatro milhões aproximadamente vinte e cinco por cento educação, quinze por cento para saúde olha quanto investimento que está deixando então nós temos que verificando tudo isso aproveita a CEI, com todos os vereadores com a gestão que está, se tem esse erro que o nosso prefeito, agora verifique e se atente para isso por que esta





prejudicando muita gente. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Só voltando a duas questões aqui ainda Fabio, o valor arrecadado na taxa na conta de água para cobrir essas despesas da coleta esta sendo suficiente para todas as despesas mante a cidade limpa e faz a coleta ou esta faltando dinheiro? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Ele ainda não supri toda a demanda para fazer a coleta seletiva e a varreção eu acho que ele é suficiente o município ainda desembolsa ainda um valor com recurso livre. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Voltando a questão de fiscalização Fabio existe uma fiscalização por parte da Prefeitura sobre as atividades da Estre como é que é feito esta fiscalização de quanto em quanto tempo para ver se o que realmente a Estre recebe esta sendo faturado? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Na realidade uma única eu desconheço uma fiscalização pontual em cima da Estre o que se tem, o valor que como a Estre é sediada no município o sistema é eletrônico e o principal tomador de serviço é um órgão público ela não necessariamente, o consorcio ele tem natureza, necessariamente ele fatura o consorcio faturando ela registra no sistema tributário no município e as notas emitidas pelo sistema que é o sistema da prefeitura que é apurado o ISS, uma fiscalização dos outros tomadores de serviço da Estre eu desconheço se existe uma fiscalização pontual quanto ao volume de lixo eu vejo que a secretaria hoje a secretaria de meio ambiente não tem corpo técnico pra poder fazer uma fiscalização, eu até acompanhando as pautas da câmara eu vi que o meio ambiente ta pediu autorização legislativa pra cria o cargo de engenheiro ambiental, acho que um dos objetivos do engenheiro ambiental é fazer também uma fiscalização em cima da principal empresa gera um impacto ambiental que é a Estre, acredito que é o objetivo hoje da secretaria de meio ambiente pelo menos a partir de agora exercer uma fiscalização mais ativa em cima desta empresa, acredito também que outras empresas potencialmente poluentes que não é so a Estre também que polue né, hoje e ela a que mais polue, mas também tem outras empresas e se fazem necessário que o meio ambiente tome algumas, exerça seu papel de fiscalização mas também tem que ter a estrutura necessária para que ela possa exerce esse papel com eficiência. **O Vereador Professor Hélio fez uso da palavra:** Entao só sintetizando não existe uma fiscalização efetiva por parte da prefeitura há que se ter um engenheiro ambiental provavelmente para que faça esse trabalho, e voltando sintetizando tudo é a Estre já esta com doze anos de atuação aqui em Fazenda Rio Grande, a população que mora no entorno não teve beneficio nenhum a semana passada eu entrei com requerimento pedindo água encanada e tratada lá para a população e coincidiu que no mesmo dia nós tivemos lá uma moradora lá que representa os moradores da redondeza lá reclamando que teria havido vazamento de chorume e possivelmente contaminado os lagos, o rio e talvez o rio Iguazu também tenha sofrido a contaminação então em síntese a população esta pagando caro e não esta tendo beneficio nenhum obrigado por enquanto. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Nobres vereadores os senhores tem mais alguma pergunta para o senhor Fabio, para nós darmos continuidade, eu tenho mais algumas considerações, em relação algumas coisas





que ficaram no meu ponto de vista pendentes, que são importantes fazer mais algumas anotações a primeira não é nem como pergunta é mais para gente aproveitar esse momento que aqui nós registramos passo a passo com essa comissão vai dar continuidade a primeira que o nosso corpo jurídico anote por favor para nós, que nós precisamos do ato administrativo que deu origem a lei cento e dez onde tem que constar os motivos dessa redução, ou não sei o que aconteceu sobre o encargo que nós colocamos e nós vamos oficializar a Prefeitura setor competente para que nos envie e ao mesmo tempo eu tenho uma pergunta muito simples senhor Fabio, o senhor como servidor de carreira a muitos anos do município o qual eu acompanho o trabalho do senhor, o senhor acho estranho não encontra alguns documentos quando o senhor foi procura ou não é natural? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Não é natural porque documento publico é documento publico não é de ninguém, ninguém pode pega ou se apodera e da outro destino, documento público tem que ficar no mínimo no órgão publico de origem ou no órgão que ele termino ou fica na origem que seria o meio ambiente ou fica lá onde terminou quando sancionou a lei neste caso onde sancionou a lei que seria a procuradoria não é natural. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** O senhor como controlador interno e sabendo da responsabilidade que um controlador interno tem em vários aspectos tudo que se vai acontece no município passa no controle interno porque vai para prestação de contas para tribunal de contas do estado então um assunto desse com certeza eu imagino que tenha passado, não tem a guarda de documentos mas que tenha passado pelo controle interno da época o senhor vê isso que com certeza tenha passado ou não é obrigatório passa? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Até pela estrutura do controle interno que ela é pequena, o controle interno hoje ele faz uma avaliação por amostragem então eu não posso precisa se esse documento passo ou não pelo controle interno por hoje se faz uma verificação de alguns atos por amostragem consegue da vazão pra analisar todos os atos da gestão o controle basicamente ele faz amostragem de alguns documentos e parte da fé publica ai sim presume-se que o servidor que esta que, em todas as fases do processos que aqueles servidores onde o processo tramito todos os servidores tem fé publica, parte-se do principio por onde o processo tramito o servidor que trabalho com aquele processo ele tem fé publica e ele esta fazendo dentro termos da lei. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Porque que eu coloquei essa pergunta, porque se não passo ou caiu na amostragem porém o documento teve que existi porque nada nesse nível, como eu comentei atrás e o senhor tem nos ajudado muito nada é por boca ainda mais se tratando ai de um montante tao alto que se passa ai em nosso município de encargos dessa empresa, pela prestação de serviço pelos outros municípios além do nosso que os contratos que foram firmados diretamente com a Fazenda Rio Grande, isso é uma coisa que tem que estar lá no meio ambiente ou tem que estar em qualquer local da Prefietura isso fico bem claro até que quando o senhor coloco que procuro e não encontro, eu achei estranho mais tudo bem nós vamos agora oficializar e derepente agora vai aparece porque se não





passo pelo controle interno no mínimo por dois ou três setores tem que ter passado do setor de origem que elaboro da parte do administrativo quando envolve finanças começa envolver muita gente até chegar no senhor prefeito da época que foi quem assinou passo por setores responsáveis, quando se passa pelo setor responsável da se o parecer para dar continuidade ou não da se é ilegal ou não é como o senhor comento do departamento jurídico porém eu to ficando cada vez mais preocupado, por se o controlador interno não consegui acessar o motivo ainda não sabemos, porque para nós não servir so o planejamento se amnha aparece um planejamento se a secretaria responsável coloca mas precisamos de documentos assinado a fé publica tudo bem mas contratos públicos tem que ter assinatura, e assinatura em contrato público nem sempre é de uma única pessoa, eu to colocando dessa maneira porque nós fazendo algumas perguntas na oitiva anterior e colocaram a responsabilidade exclusiva do nosso município eu sei que algumas coisas é exclusivo nosso, mas Fazenda Rio Grande não pode pagar ou deixa de ser beneficiada por alguma coisa de errado só no documento porque seja recurso entrada e saída não pode ocorrer sem documento e a empresa Estre pelo que deu para entende sempre voltando atrás na ultima pergunta o consórcio sempre coloca e com empresa Estre quem acompanho percebeu a vocês é direto com ela, agora nós estamos tentando ir direto, nos vamos tratar direto com a Prefeitura e direto com a Estre, mas só que os documentos se é direto é elaborado pela Prefeitura se o documento foi elaborado pela prefeitura, se o documento foi elaborado pela prefeitura não tem como não estar guardado nós temos que coloca bem enfatiza bem esse assunto, eu particularmente como da comissão vo pedi nós vamos pedi pela comissão, mais eu particularmente tenho certeza que outras também vão fazer pode ter certeza que eu vo fazer esse pedido eu vo querer vê como teve a origem desta lei, porque se teve essa lei passou elaborada pelo executivo, do executivo passo nos tramites legais nesta casa de leis e passo pelas comissões, não é pra procurar bucha não é para mim entender, entender como eu to pensando é a resposta verdadeira e a transparencia e essa comissão pode ter certeza nós vamos até o final mostrando transparência e vo além, seja o Prefeito ou daqui ou que seja dono do consórcio ou que seja deputado seja candidato a deputado seja Governador indiferente de quem seja a lei e para todos, e nós em relação a esses itens nós vamos trabalhar em duas frentes a comissão vai trabalhar com a frente de responsabilidades de todos seja com responsabilidade com a da perda da vida e também desde a responsabilidades que ocorreu se teve algum renúncia de recursos ou se teve acordos que nos não estamos entendendo até agora que fico assim, pelo menos o professor Leo coloco muito bem ta meio assim no ar e para nós ar não vai adiantar vai ter que estar no papel ta então agradeço o senhor mas o Professsor Leo acabo de pedir para fazer mais uma pergunta a palavra é do senhor Professor. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** A gente vai lendo e refletindo aqui vai aparecendo mais perguntas me desculpe Fabio mas nos estamos aqui para esse fim, e bem falado e a gente até levanto algumas questões houve um estudo de impacto ambiental porque que se não tivesse feito a Estre não podia estar em funcionamento hoje a minha pergunta





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

não sei se você vai conseguir responde mas vo pedi esta documentação também, houve algum estudo do município sobre impacto de vizinhança por o que acontece em dois mil e dez quando veio a Estre a perspectiva não era que ela ficasse com o consórcio inclusive o consórcio era atendido pelo aterro da cachimba, mais dois anos após dois mil e onze dois mil e doze começou a movimentação do pessoal de Curitiba que não queria mais o aterro lá acabaram mandando tirando o aterro de lá como acho que na região o aterro que tinha mais capacidade e estava regular era o aterro da Estre mais a pergunta é quando foi feito isso dois mil onze dois mil e doze para aceita aqui por mais que era o aterro que tinha as condições legais ambientais mais a prefeitura se preocupou em algum momento em fazer um impacto de vizinhança porque eu vejo muito aqui na Fazenda se a gente começa discuti isso quase nada teve impacto de vizinhança não teve um estudo por você ve as ruas o caos que é você sabe que não teve estudo sobre isso, a minha pergunta é por o volume e absurdamente alto de caminhões naquela região diariamente manha, tarde ,noite e madrugada é vinte e quatro horas os caminhões circulando então a minha pergunta é a Prefeitura em algum momento fez um estudo de impacto de vizinhança planejando aquela região, porque é uma região apesar de estar o aterro lá majoritariamente domiciliar nós só temos casas lá poucos negócios, mas temos infinidades de casas então a minha pergunta é houve esse estudo de impacto você tem conhecimento se há esse documento se não há o documento a respeito disso se caso você não tiver o conhecimento a gente vai depois falar com o pessoal do jurídico nosso pra que eles encaminhem também esse questionamento? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Em primeiro lugar só para deixar claro complementando só a questão da fiscalização, deixa claro que o meio ambiente ele exerce a fiscalização do lixo da Fazenda Rio Grande isso eu posso afirma que o município faz o controle do que a Inova destina para o aterro com a informação que a Estre encaminha na hora de fazer esse encontro de contas queira ou não é um instrumento jurídico perfeito até então ele é um instrumento jurídico perfeito então, o lixo da Fazenda Rio Grande hoje o meio ambiente exerce essa fiscalização, quanto ao lixo dos demais municípios eu entendo que hoje o meio ambiente não tem estrutura para fazer exerce essa fiscalização com relação ao estudo de impacto não é só o meio ambiente do município, o impacto que tem esse aterro ele também tem uma responsabilidade acho que até maior do meio ambiente do estado né, a legislação exige que se faça um estudo de impacto ambiental eu acredito que tenha esse estudo tenha sido feito, dentro do estudo de impacto deve também ter lá o impacto de vizinhança. **O Vereador Professor Léo fez uso da palavra:** Perfeito Fabio obrigado. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Senhores vereadores os senhores tem mais alguma pergunta, então só para estamos praticamente encerrando mas aproveita o momento porque até agora tivemos algumas dificuldades a comissão, em relação a acesso algumas informações o senhor Fabio se colocou a disposição pelo que deu para entende e esclareceu várias dúvidas nossas e nós vamos fazer novos pedidos de documentos porém ontem para a comissão foi um dia muito triste comissão (inaudível) coloca porque nós saímos aqui da Fazenda Rio





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

Grande fomos até o IAT lá para ficar sobre essas licenças contratos tudo que nós estamos discutindo e nós fomos muito mal recebidos primeiramente não queriam nos receber infelizmente tivemos até que dar uma carteirada, quando nós falamos que íamos chamar a policia, porque nós precisamos acessar o ambiente, para ver até que depois de uns quarenta e cinco minutos apareceu uma senhora para nos atender, mas a pessoa responsável pelos contratos, porque que eu to colocando isso, eu vejo que aqui tem bastante gente da nossa população e que mora próximo lá ao aterro, a pessoa responsável pelas licenças segundo eles nem se encontravam lá, e não nos receberam mesmo então eu comecei to colocando dessa maneira para vocês entenderem a importância e a população participa com a gente, tivemos que achar um meio termo com eles até que nós colocamos nos vamos convocar de urgência sem prazo alguma coisa, até a pessoa questiono nós mandamos documentos a hora que a gente consegui por nós temos prazo existe na lei, eu coloquei para eles esta na lei faz quase trinta dias que vocês receberam nosso comunicado e não enviaram os documentos, foi colocado assim para nós novamente o setor recebeu hoje, mas nós não tem não interessa a comissão não interessa o setor administrativo interessa que nós precisamos nós temos prazo para correr com a investigação, dai a qual é a atitude que a comissão tomo, o dia quatorze agora nos já estamos convocando o responsável pelo IAT pra vim aqui prestar esclarecimento para nós, e na sequencia depende de como fôr, nos não sabemos quem que vai vim se é o presidente, indiferente nós vamos convocar a pessoa responsável por estas licenças por que vai ter que constar porque quando foi dado entrada no projeto no processo vai ter que estar inscrito nessas licenças de como era essas licenças como que era a situação para dar inicio ao aterro sanitário, então eu vejo que nós já estamos barrando em dificuldades mas podem ficar tranquilos que a dificuldade pode vim, mas nós não vamos desistir nós vamos até o final fazendo levantamento se for necessário tomar outras medidas nós vamos tomar, e se fôr necessário a comissão ouvir uma, duas, três, quatro, cinco pessoas por dia aqui nós já chegamos em um consenso que nós vamos convoca se fôr para começa oito horas da manhã e acaba dez horas da noite a comissão vai fazer, porque não vai ser pelo cansaço ou pelo prazo que vão tenta nós derrotar porque pelo caminho que esta indo, em nossas conversas nós estamos vendo que vamos ter que convocar muita gente mas indiferente o que estiver dentro do nosso município tenho certeza que vai mais fácil, porque nós vamos convocar agora os documentos como o senhor Fabio coloco o que tiver ao alcance para os senhores entenderem que um controlador interno solicita o senhor Fabio ta aqui e pode confirma secretaria nenhuma pode deixar de enviar para o controle interno mesma coisa se nos vereadores aqui ou a comissão solicitar, então se não aparecer os documentos nos também vamos falar o motivo que não chegou os documentos, então eu peço antes que eu encerre que a nossa população continue nos acompanhando quanto mais pessoas puderem vir acompanhar essa discussão aqui na casa de leis é importante e também coloque para as pessoas que moram em torno lá do aterro que pode ter certeza que Fazenda Rio Grande estará lutando para corrigir muitas coisas e esta comissão tem





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

uma missão a missão nossa mas é da nossa população é a transparência que nos vamos deixar como diz a CEI é obrigado os documentos assim que nós encerramos tudo com certeza nos vamos determina o ministério público porque faz parte e ontem falando em ministério público que deixo mas indignado tentaram fugir por essa linha colocaram para mim e o professor Leo é nos temos que responder no ministério público então falei vocês podem responder no ministério público mas vocês tem que responde nós também porque no ministério público se leva um, ano dois anos três anos, porque nós aqui não nós temos prazo determinado noventa dias podendo ser prorrogado para mais noventa dias ou seja nós temos data para termina esperamos que esgota o tempo, porque tem ações que tem que ser tomadas meio urgente, inclusive ações que o nosso prefeito tem que toma agora, se fôr ao alcance porque tudo que a gente conversa aqui com certeza alguém da prefeitura esta acompanhando porque se nós tivermos diculdades em documentos nos vamos falar direto com o prefeito e vamos colocar a situação que se encontra porque se estava errado la atrás e continua errado quem vai ganha e (inaudível) a população então nos vamos trabalhar nessas frentes a parte legal e a parte de agilidade sobre os ocorridos então eu tenho que agradecer mais uma vez Fabio se você tiver alguma consideração final que possa nos contribuir eu gostaria que o senhor colocasse até pelo conhecimento do senhor colocasse para nós que com certeza porque dai nos vamos atrás o senhor como servidor de carreira eu sei o quanto o senhor preza pelo bom serviço, eu sei o quanto o senhor quer que resolva de uma maneira mais rápida possivel e que nossa a população seja melhor, coloca assim não é recompensa melhor amparada pela lei, por que esta lei existe ta em contrato por que não esta ocorrendo palavra sua? **O Senhor Fabio Antonio da Rocha fez uso da palavra:** Em primerio lugar me coloco aqui quanto eu quanto os demais membros do controle interno a disposição da câmara ressalta aqui uma das atribuições do controle interno é ele é um órgão auxiliar do legislativo então toda vêz que a câmara precisa do controle interno ele esta a disposição deixo aqui já para a comissão a cópia do têrmo de compromisso recebimento de resíduos sólidos numero um de dois mil e quinze que deu origem a essa compensação com os aditivos de um a quatro tem aqui o contrato de repactuação os dois contratos de repactuação entre o município e o consorcio coloquei aqui só para exemplo para exemplifica duas medições com as ticagens do lixo que sai de Fazenda Rio grande e entra na Estre que é do mês de junho e do mês de abril esta ticagem aqui é a resposta do flay que a comissão abriu junto ao controle interno a gente vai fazer um demonstrativo mês a mês também a gente vai também a gente vai complementa como a informação da taxa de lixo deixo aqui também aqui o pendraive com todas as notas da coleta de lixo da Estre e também tem a ticagem de cada nota da inova desculpa as medições da inova todas as notas da inova tem demonstrativo de medição de cada caminhão com seu tickt a data que ele entrou e o peso do lixo destinado, tem tudo aqui também a comissão pode fazer um comparativo um pente fino a gente vai fazer também um relatório mais resumido a gente vai fazer a resposta no flay, deixar só uma manifestação agora não como técnico do controle interno mas como cidadão em dois mil e doze dois mil e onze quando se





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

discutia esta questão uma das alternativas e eu estava naquela época lotado na prefeitura de Mandirituba, e Mandirituba seria também um dos destinos do lixo que na época a empresa Cavo, que na época a empresa Cavo tem uma área lá e se cojitava também a possibilidade ou de Fazenda Rio grande ou de Mandirituba receber o lixo na época o prefeito fez uma carta com medidas metigadoras, o município disse olha eu posso até receber o lixo mas vamos estudar isso mas eu quero isso, isso e isso, acredito que falto aqui na Fazenda Rio Grande, mas nunca é tarde talvez o resultado dessa CEI, seja vamos fazer uma medida metigadora, olha tem se faze isso, isso, isso, isso pelo menos para diminuir o impacto daquele aterro, mas isso eu coloco aqui como cidadão acho que o mínimo que se tem que se tem que coloca e que se a empresa aqui hoje, ela tem que se compromete ao mínimo que hoje a gente não vê, a gente só a parte financeira uma empresa recebendo o lixo tratando como uma empresa comercial como uma empresa comum, e o aterro ali não é uma empresa comum é uma empresa que tem característistas especiais e potencialmente ela pode potencializa danos a terceiros como já efetivo alguns danos a comunidade e até uma vida isso eu coloco como cidadão. **O Presidente Vereador José Carlos Bernardes fez uso da palavra:** Obrigado Fabio isso que você coloco é muito im portante nós temos discutido bastante isso, porque algumas coisas que ficaram para trás a CEI com certeza vai aponta e vai mostra e direciona quem eram os responsáveis porém nos todos aqui quando eu falei de uma missão, a missão nossa ontem mesmo nós estamos discutindo deixe uma maneira que seja produtiva para todos para população e produtivo para o município também nós precisamos ter grandes empresas em nosso município mas por mais que essa grande empresa como se trata de uma situação especial de utilidade pública porque ele recebe lixo de outros municípios que ocorra de uma maneira formalizada nada informal de uma maneira compensatória de uma maneira que possa desenvolver algumas ações em nosso município e nos sabemos que grandes empresas desse seguimento geralmente e isso que acontece que você coloco então se for para ocorre após tudo isso esse processo de investigação que ocorra de uma maneira muito responsável, com a responsabilidade de todos mas temos que ir além se for ocorrer isso que a população participe, porque para acontece a instalação da empresa ocorreu as audiencias publicas, já esta instada mas as audiências publicas podem ser convocadas a qualquer momento o que for da audiência publica mas seja efetiva, se vier mais alguma coisa ai, mas a população tem que estar junto numa sala não é so com os veradores e com o prefeito a população é a primeira pessoa que tem que estar presente, e isso nos vamos fazer com que as coisas sejam diferentes, infelizmente tem coisa que não volta atrás, já perdemos uma vida ai a familia sofre com essa perda mas nós não podemos deixar que aconteça outro incidente e também não podemos deixar que continue dessa maneira Fazenda Rio Grande pagando pelos outros municípios pelo lixo dos outros, então eu peço mais uma vez para a população que apoie e acompanhe esta CEI, porque nós com certeza estaremos representando e fazendo o nosso melhor como eu coloquei indiferente de horário e no final se Deus quiser vai da tudo certo vamos corrigir essas coisas muito obrigado agradeço aos nobres





## CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE / PR

vereadores agradeço ao presidente que esta acompanhando agradeço a toda população que esta aqui nós acompanhando e as pessoas que estão acompanhando via rede social e hoje eu do por encerrada essa oitiva boa tarde a todos. Não havendo mais a tratar, o Senhor Presidente da CEI Vereador José Carlos Bernardes, agradeceu a presença de todos que estavam presentes e deu por encerrada a sessão. Do que para constar, Eu, Vereador José Carlos Bernardes, lavrei a presente ata.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2022.



José Carlos Bernardes  
Presidente – CEI 01/2022

